

Marcos Sidnei Bassi Diretor superintendente
Evaldo Novelini Diretor de Redação
Nilton Valentim Diretor adjunto de Redação
Rafael Santos Gerente de Mídias Digitais



editorial

Eleição em tempos de IA

A aproximação do calendário eleitoral de 2026 coincide com um cenário tecnológico capaz de alterar a circulação de informações no debate público. Regras aprovadas pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) tentam impor limites ao uso de IA (Inteligência Artificial), exigindo identificação de conteúdos sintéticos e restringindo sua difusão no período mais sensível da disputa. Ainda assim, especialistas alertam que a velocidade das redes sociais e a sofisticação das ferramentas digitais ampliam a possibilidade de manipulação do eleitorado. Nesse contexto, cresce a responsabilidade do cidadão diante do material que recebe diariamente em aplicativos e plataformas digitais. É preciso ficar alerta.

Não há espaço para ingenuidade. Os riscos à democracia não estão apenas em montagens elaboradas. Vídeos falsos que imitam voz ou imagem de candidatos podem provocar confusão, sugerindo declarações inexistentes ou posições que jamais foram defendidas. Há também estratégias mais simples: correntes que repetem acusações sem prova, montagens que retiram frases de contexto e mensagens curtas que exploram indignação ou medo. A repetição constante desse material cria aparência de verdade e influencia percepções políticas. Mesmo quando a Justiça determina a retirada do conteúdo, parte do dano já ocorreu, pois a informação equivocada continua circulando entre usuários.

Mais do que nunca, na campanha que se aproxima o eleitor precisará assumir postura ativa no consumo de notícias. Desconfiar de mensagens alarmistas, verificar a origem do material recebido e buscar confirmação em veículos reconhecidos são atitudes que ajudam a reduzir o impacto da desinformação. Compartilhar apenas conteúdos verificados também representa contribuição direta para preservar o debate público. A democracia depende de escolhas baseadas em fatos, não em boatos difundidos em velocidade digital. Em tempos de inteligência artificial cada vez mais presente, responsabilidade individual no ambiente informacional torna-se parte do próprio exercício da cidadania.

Estamos colocando (...) ordem. Quem mexer na rua vai ter de deixar tão boa quanto encontrou ou, preferencialmente, até melhor do que estava.

Marcelo Lima, prefeito de São Bernardo, sobre nova lei municipal que redefine regras para utilização de espaços públicos pelas concessionárias. Quem quebrou, conserta.

Hoje é possível emular voz, imagem e vídeo com alto grau de realismo. Na dúvida, desconfie. Não acredite de primeira e procure sempre fontes confiáveis.

Rodrigo Galuzzi Garcia Piva, professor da área de tecnologia na Universidade Metodista de São Paulo, sobre o uso de IA (inteligência artificial) nas eleições deste ano.

A má qualidade está ligada ao esgoto lançado sem tratamento. Existe um grande déficit na coleta, no afastamento e no tratamento desses resíduos.

Marta Marcondes, professora da USCS (Universidade Municipal de São Carlos), sobre razão de as águas dos rios do Grande ABC terem se salido muito mal em pesquisa.

artigo

Porque o Brasil afasta quem produz

Encontrei um artigo escrito em 2004 por meu pai, Milton Bigucci, empreendedor há mais de 60 anos na construção civil. Intitulado "Como é difícil produzir neste país!", descrevia um Brasil travado por burocracia, insegurança jurídica, juros altos e um ambiente pouco acolhedor para quem investe e gera emprego. Agora, em março de 2026, percebo que grande parte da crítica dele continua atual. Nas palavras de meu pai na época: "a burocracia estatal, os altos juros e a sanha arrecadatória inviabilizam qualquer produção". Passaram-se mais de duas décadas e a pergunta é inevitável: esse diagnóstico pertence a 2004 ou poderia ter sido escrito agora? O problema é o mesmo, só mudou a década. Dados do Banco Mundial e do IBPT (Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação) confirmam: o Brasil ainda é o país onde se gasta mais tempo para pagar impostos, 149 dias de trabalho por ano. O sistema tributário segue complexo e instável. A diferença é que hoje muitos não apenas reclamam, mas deixam o País. Relatório da

Henley & Partners revelou que o Brasil deverá registrar a saída líquida de 1.200 milionários em 2025, contra 800 em 2024, migrando cerca de US\$ 8,4 bilhões em riqueza para o Exterior. Quando um empreendedor parte, leva mais que dinheiro: leva planejamento, conhecimento, experiência e redes de relacionamento. Em vez de gerar empregos aqui, passa a criar oportunidades em países mais convidativos. Estudos já apontavam antes da pandemia que o Brasil era mal avaliado em políticas públicas, ambiente regulatório e sistema tributário. Nada mudou. A burocracia excessiva, múltiplas certidões, lentidão administrativa e custos cartoriais elevados continuam a travar o empreendedor. Em 2004, ao menos não havia tributação sobre dividendos. Já em 2025, a Lei 15.270 introduziu essa cobrança, elevando o custo de empreender e reacendendo o debate sobre competitividade, justamente quando outros mercados buscam atrair capital e talento. O resultado é um País com enorme potencial, mas que repete os mesmos

erros. Em vez de criar condições favoráveis ao investimento produtivo, o governo empurra o empresário para fora. A lei que tributa dividendos foi vendida como avanço social ao elevar a isenção do Imposto de Renda para os mais pobres. Boa ideia, mas a conta recai sobre quem produz, enquanto os custos da máquina pública seguem intocáveis. Como dizia e ainda diz meu pai: "Cortem os custos de verdade e não apenas transfiram a carga para o empresário". O calendário marca 2026, mas para muitos empresários e jovens talentos, o cenário lembra perigosamente 2004. A diferença é que hoje sair do Brasil deixou de ser hipótese distante e virou alternativa concreta. O futuro chegou, mas o problema do passado permanece. O artigo de 2004, escrito pelo pai, repete-se 22 anos depois na escrita do filho. Tomara que no futuro o neto não precise escrever o mesmo texto. Só não enxerga quem não quer.

Marcos Bigucci é advogado, diretor da MBigucci e CEO da Master Managers LLC-EUA.

palavra do leitor

As cartas para esta seção devem ser encaminhadas pelos Correios (Rua Cataguase, 562, bairro Jardim, Santo André, CEP 09090-900) ou por e-mail (palavradoleitor@dgabc.com.br). Necessário que sejam indicados nome e endereço completos e telefone para contato. Não serão publicadas ofensas pessoais. Os assuntos devem versar sobre temas abordados pelo jornal. Se julgar pertinente, o Diário utilizará neste espaço comentários referentes a reportagens publicadas em suas redes sociais. O Diário se reserva o direito de publicar somente trechos das cartas.

Estado comprometido

A excrecência do patrimonialismo público no Brasil, com a sociedade descrente de um País melhor, nos leva ao ápice da imoralidade, quando interesses privados se sobrepõem ao bem público. Os três poderes estão totalmente comprometidos com o tráfico de influência, enriquecimento ilícito, clientelismo e nepotismo. Começamos com os marajás, os crimes do colarinho branco, até chegarmos ao crime organizado, ao lobby dos rentistas, banqueiros, do setor de armas e da Faria Lima. A conclusão óbvia, e preocupante, é a falta de representatividade em Brasília para a proteção social de miseráveis, aposentados e trabalhadores rurais. Propostas neoliberais vêm sendo analisadas – e já veiculadas nas redes sociais –, como o congelamento de reajustes de aposentados que recebem um salário mínimo. Será que o grande culpado da dívida pública são os programas sociais? Difícil acreditar. Não coaduno com essa ideia, por uma razão simples: pagamos R\$ 1 trilhão em juros da dívida pública em 2025. Curiosamente, não há propostas para renegociação com os bancos. É fácil tirar da classe média, dos aposentados, dos trabalhadores. Que os eleitores fiquem atentos na hora do voto. Enquanto isso, a emenda Pix não para. Sem rastreabilidade, abre espaço para fins pessoais e corrupção. Estão instrumentalizando o Estado brasileiro para interesses próprios, usando a população no "debate". Apelidos pejorativos, como "coxinha" e "mortadela", só aprofundam a divisão. Nessa vibe, não compartilho.

Ronaldo Duran
Santo André

STF e o Banco Master

Nas minhas mais de oito décadas de vida, jamais vi, incluindo o período da ditadura de 1964, co-

mo infelizmente ocorre hoje, boa parte dos membros do STF (Supremo Tribunal Federal) não somente demonstram ser contra a ética e as boas condutas, como também, tal qual informa a imprensa, de serem suspeitos de atos vis. Como, por exemplo, o relacionamento estranho com o criminoso, já presidiário, e fraudador dono do Banco Master, Daniel Vorcara. Para tal encontram no ministro decano do STF, Gilmar Mendes, uma barreira contra a ética, protegendo colegas ministros, e até suspeitos, como o Lulinha, de terem participado do roubo contra aposentados do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). E na sua mais recente decisão anulou quebra de sigilo do fundo que negociou resor ligado ao ministro Dias Toffoli. Também protege o ministro Alexandre de Moraes e sua esposa Viviane Moraes, que como advogada teve um contrato estranho de R\$ 129 milhões com o banco de Vorcara. Já Dias Toffoli, que foi relator do caso, em causa própria e de seus familiares, vinha impedindo o bom andamento das investigações pela PF. Não por outra razão, parte dos membros do STF abrem uma ofensiva contra as CPIs em curso no Congresso, do Master e do INSS. E para piorar a imagem do Supremo, surge mais uma informação de que o Master e o grupo JBS, por meio de uma consultoria, repassaram R\$ 18 milhões para o filho do ministro do STF, Kassio Nunes Marques. Nos resta agora a oportunidade de derrubar essa barreira contra a ética, com assinatura de confidencialidade feita pelo Daniel Vorcara, para que seja consumada sua delação premiada, denunciando todos que receberam propinas e outras vantagens do hoje liquidado Banco Master.

Paulo Panossian
São Carlos (SP)

loterias

LOTOFÁCIL		01 • 02 • 04 • 05 • 06
Concurso	3.642	07 • 09 • 10 • 12 • 13
		14 • 18 • 20 • 23 • 25
FEDERAL	Extração	6.051
Premio	Bilhete	
1º	56.449	1.35 milhão
2º	24.784	40 mil
3º	04.466	30 mil
4º	48.616	20 mil
5º	74.525	17.339
QUINA	Concurso	6.982
		21 • 25 • 26 • 42 • 46
TIMEMANIA	Concurso	2.370
		10 • 22 • 40 • 63 • 74 • 76 • 79
		Time do Coração: Goiás-GO
MEGA-SENA	Concurso	2.987
		16 • 17 • 20 • 28 • 46 • 47
DIA DE SORTE	Concurso	1.191
		09 • 12 • 13 • 17 • 18 • 29 • 30
		Mês da Sorte: Outubro
+ MILIONÁRIA	Concurso	339
		15 • 27 • 32 • 40 • 41 • 42
		Trevos da sorte: 4 • 6

O leitor deve checar os resultados nas loterias e no site da Caixa, em www.caixa.com.br, porque os números publicados, divulgados somente no fim da noite, podem eventualmente estar desatualizados, em razão dos horários de fechamento do jornal.

EXPEDIENTE

TELEFONES: PABX (11) 4435.8100 • CLASSIFÍCIL 4435.9000 • PUBLICIDADE 4435.8159 • ADMINISTRATIVO 4435.8075

DIÁRIO DO GRANDE ABC

Filial a APJ

FUNDADO EM 11 DE MAIO DE 1969
Fundadores: Editor Danilo Dotto (1934-1997), Angélio Puga (1937-2023), Fausto Pelezi (1930-2011) e Maury de Campos Dotto

ADMINISTRAÇÃO,
PUBLICIDADE
E REDAÇÃO
Rua Cataguase, 562,
Santo André - SP
CEP 09090-400

ATENDIMENTO AO LEITOR
(11) 4435.8010
E-mail: palavradoleitor@dgabc.com.br
E-mail: assinator@dgabc.com.br

DEPARTAMENTO COMERCIAL
(11) 4435.8159 e
(11) 4435.8172

VENDA DE ASSINATURA
(11) 4435.8010
E-mail: classifical@dgabc.com.br
De segunda a sexta-feira,
das 8h às 18h

CLASSIFÍCIL
(11) 4435.9000
E-mail: classifical@dgabc.com.br
De segunda a sexta-feira,
das 8h às 18h

ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(11) 4435.8010
E-mail: assif@dgabc.com.br
De segunda a sexta-feira,
das 8h às 18h

BANCAS (JORNAL EIRO)
(11) 4435.8010/8010
E-mail: vendas@dgabc.com.br
De segunda a sexta-feira,
das 8h às 18h

PREÇO DO EXEMPLAR:
Das 6h às 18h R\$ 5,00
DIÁRIO ONLINE
4435.8117
(online@dgabc.com.br)